

Brasília, DF, 4 de janeiro de 2021.

Ofício nº 1/2021-IBRAE

A

Exma. Sra.

SECRETÁRIA MAYARA NORONHA DE ALBUQUERQUE ROCHA

Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal

Brasília, DF.

Assunto: Ofício nº 1/2021-SEDES/GAB/CEC

Senhora Secretária,

Cumprimentando-a cordialmente, dirigimo-nos, respeitosamente, à ilustre presença de Vossa Excelência para prestar as seguintes informações.

Por meio do Ofício nº 11603/2020-GP, a Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), Conselheira Anilcéia Luzia Machado, solicita informações sobre o cumprimento das Decisões nºs 4145/2019 (Item III, 'a' e 'b') e 850/2020 (Item IV, 'c'), ambas do TCDF.

A alínea 'c' do item iv da Decisão nº 850/2020, determinou ao IBRAE e à SEDES/DF que considerassem regular o arredondamento para baixo do número de acertos em decorrência da anulação de questões da prova objetiva do concurso público para provimento de cargos da SEDES/DF.

DECISÃO Nº 850/2020

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) IV - autorizar: (...) c) a ciência do titular da SEDES/DF e do IBRAE que o Tribunal considera regular o arredondamento para baixo do número de acertos em decorrência da anulação de questões de determinada prova, nos termos do decidido pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ no RESP 488004/PI;

A decisão referida foi cumprida rigorosamente pelo IBRAE e pela SEDES/DF. O novo resultado foi publicado nas seguintes edições do Diário Oficial do Distrito Federal: DO-DF nº 84, quarta-feira, 6 de maio de 2020, páginas 61, 74, 91 e 120.

Contra o arredondamento para baixo, determinado na Decisão 850/2021, foram impetrados **49** Mandados de Segurança. No sistema de processo eletrônico (**PJe**) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), essas ações foram autuadas com os números a seguir.

	AÇÕES DE MANDADOS DE SEGURANÇA COM IDÊNTICA CAUSA DE PEDIR E MESMAS PARTES NO POLO PASSIVO		
1.	0711601-92.2020.8.07.0000	0711615-76.2020.8.07.0000	0711621-83.2020.8.07.0000
2.	0711623-53.2020.8.07.0000	0711633-97.2020.8.07.0000	0711702-32.2020.8.07.0000
3.	0711706-69.2020.8.07.0000	0711727-45.2020.8.07.0000	0711732-67.2020.8.07.0000
4.	0711734-37.2020.8.07.0000	0711785-48.2020.8.07.0000	0711789-85.2020.8.07.0000
5.	0711794-10.2020.8.07.0000	0711797-62.2020.8.07.0000	0711803-69.2020.8.07.0000
6.	0711819-23.2020.8.07.0000	0711821-90.2020.8.07.0000	0711824-45.2020.8.07.0000
7.	0711827-97.2020.8.07.0000	0711830-52.2020.8.07.0000	0711833-07.2020.8.07.0000
8.	0711837-44.2020.8.07.0000	0711846-06.2020.8.07.0000	0711851-28.2020.8.07.0000
9.	0711854-80.2020.8.07.0000	0711896-32.2020.8.07.0000	0712106-83.2020.8.07.0000
10.	0712117-15.2020.8.07.0000	0712119-82.2020.8.07.0000	0712125-89.2020.8.07.0000

O Tribunal de Contas do Distrito Federal foi parte impetrada em todas essas ações mandamentais, tendo a sua Presidente prestado as respectivas informações. Em **todos os** julgamentos que realizou, o Colendo Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) **manteve** a Decisão nº 850/2020, do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

Ao julgar, por exemplo, o agravo interno interposto contra a decisão concessiva de medida liminar no Mandado de Segurança nº 0711830-52.2020.8.07.0000, o Conselho Especial do TJDFT **revogou** a

decisão que concedeu a medida liminar. Leia-se, a propósito, a emenda do acórdão.

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. SEDEST. LIMINAR PARCIALMENTE DEFERIDA PARA ASSEGURAR A PARTICIPAÇÃO EM CURSO DE FORMAÇÃO. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOTOS. RECURSO PROVIDO. DECISÃO REFORMADA. LIMINAR REVOGADA.

1. Para a concessão da liminar em mandado de segurança devem estar presentes, simultaneamente, a relevância dos fundamentos invocados, isto é, de que está inequivocamente demonstrada a violação do direito líquido e certo, a ser identificado mediante prova sumária, e o reconhecimento de que a espera pela regular tramitação da ação seja danosa ao titular do direito violado ou ameaçado de lesão.

2. Não se vislumbra nulidade e abusividade nas decisões emanadas daquele órgão de controle administrativo, devendo, nesta fase inicial, prevalecer a presunção de legalidade emanadas dos atos apontados como violadores de direito líquido e certo, mormente por se tratar de decisão proferida por órgão colegiado.

3. Agravo interno conhecido e provido. Decisão reformada. (MS nº 0711830-52.2020.8.07.0000, relator **DESEMBARGADOR SEBASTIÃO COELHO**. Relatora para acórdão: **DESEMBARGADORA LEILA ARLANCH**)

Participaram desse julgamento os seguintes

Desembargadores: ROMEU GONZAGA NEIVA – Presidente do TJDF; SEBASTIÃO COELHO - Relator, LEILA ARLANCH - Relatora Designada e 1ª Vogal, JAIR SOARES - 2º Vogal, MARIO MACHADO - 3º Vogal, CRUZ MACEDO - 4º Vogal, WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR - 5º Vogal, HUMBERTO ULHÔA - 6º Vogal, J. J. COSTACARVALHO - 7º Vogal, SANDRA DE SANTIS - 8º Vogal, ANA MARIA AMARANTE - 9º Vogal, SÉRGIO ROCHA - 10º Vogal, ARNOLDO CAMANHO - 11º Vogal, TEÓFILO CAETANO - 12º Vogal, JAMES EDUARDO OLIVEIRA - 13º Vogal, JESUINO RISSATO - 14º

Vogal, ROBERTO FREITAS - 15º Vogal e ALFEU MACHADO - 16º Vogal.

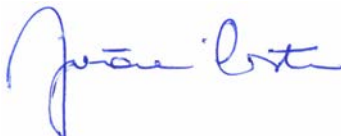
Juntamente com o eminente Desembargador Relator, DES. SEBASTIÃO COELHO, os Desembargadores a seguir apresentaram votos divergentes da maioria: JAIR SOARES - 2º Vogal, J. J. COSTA CARVALHO - 7º Vogal, SÉRGIO ROCHA - 10º Vogal, JESUINO RISSATO - 14º Vogal e ALFEU MACHADO - 16º Vogal.

Seguem anexos alguns acórdãos em que o Conselho Especial do TJDF confirmou a Decisão nº 850/2020, referente ao arredondamento para baixo.

Apresentadas essas breves considerações, colocamo-nos à sua disposição para outros esclarecimentos.

Nesta oportunidade, reiteramos os nossos sinceros votos de admiração e profundo respeito por Vossa Excelência e por todos de sua equipe de trabalho.

Cordialmente,



JOÃO COSTA
OAB DF N. 9958